



ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – 15 DE JULHO DE 2025

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco às quatorze horas, foi realizada a 126ª reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), na Avenida Benedito Isaac Pires, nº 35 -Parque Dom Henrique, Cotia/SP. A reunião ocorreu de forma presencial, contando com a participação dos conselheiros: das Instituições de atendimento em regime abrigo institucional Marcela de Fátima e Marcelo Nicolini Teixeira; 2- Representantes do Poder Público: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Angélica Gomes Balanco e Wanderson Matheus Santos, do Fundo Social Cristiano Adalberto Bento, Secretária Executiva Claudinéia Magalhães, Noemi Gaia - Secretária Adjunta da Secretaria de Relações Institucionais, Kelen Garcia da ASSA, Iara V. Rodrigues e Cleuza Maria Ribeiro e Luiza Ribeiro ambas do Centro de Convivência Paulus, Rudiane Laurantino da Indústria e Comércio. Foi apresentada a pauta do dia: 1. Apresentação para deliberação da Ata da reunião ordinária 125 e extraordinária 15, 2. Proposta de alteração de percentual 3%, 3. Proposta de reajuste de 12% para Serviços de Acolhimento para pessoas idosas, 4. Devolutiva das comissões de trabalho, 5. Escala de conselheiros para as visitas de agosto e 6. Assuntos ligados a pessoa idosa. A presidente do CMDPI, Maria Angélica deu início aos trabalhos apresentando o item 01 da pauta. A presidente do CMDPI, Maria Angélica, deu início aos trabalhos apresentando os itens da pauta: 1. **Apresentação e deliberação das atas** da Reunião Ordinária nº 125 e da Extraordinária nº 15. Após a leitura e apresentação, ambas as atas foram submetidas à votação e aprovadas pela plenária. 2. **Proposta de alteração do percentual de 3%.** O conselheiro Marcelo apresentou proposta de alteração, inicialmente aprovada na Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, sugerindo a redução do percentual de 3% para 1,5%. Segundo ele, todos os fundos atualmente somam aproximadamente R\$ 18.000.000,00, o que representa 0,78% dos impostos arrecadados. Com o aumento para 1,5%, o valor destinado aos fundos seria de aproximadamente R\$ 25.000.000,00, o que permitiria maior investimento em políticas públicas. Marcelo considerou o percentual de 3% irrealista, razão pela qual trouxe a proposta para deliberação da plenária. A proposta original, no eixo de Financiamento de Políticas Públicas, previa a destinação de 3% da arrecadação municipal à Secretaria de Desenvolvimento e Periferias, com 30% destinados ao Fundo Municipal do Idoso. Sra. Kelen, por sua vez, lembrou que o pedido de aumento para 3% já vem sendo discutido e defendido há algum tempo. No entanto, destacou que o Conselho não possui autonomia para alterar essa proposta, sugerindo que a discussão tivesse ocorrido no espaço em que o eixo foi originalmente tratado. Segundo ela, somente o prefeito poderia apresentar uma contraproposta formal após o encaminhamento da proposta. Marcelo afirmou que a orientação para a proposta de alteração partiu do setor jurídico. Kelen reforçou que, por se tratar de um evento do Conselho, não concorda com a mudança. A presidente Angélica também manifestou discordância em relação à alteração proposta, mencionando os 3% do IGD-SUAS e do Bolsa Família, que deveriam ser destinados ao CMAS, mas que até o momento não houve articulação municipal para sua utilização. Reforçou que a proposta precisa estar prevista no PPA e na LOA, principalmente considerando a implantação de novos serviços. Após discussão, a proposta de alteração foi submetida à votação e **rejeitada pela plenária**, permanecendo a versão original, com encaminhamento a ser realizado conforme previsto. 2. **Proposta de reajuste de 12% para os Serviços de Acolhimento para Pessoas Idosas.** A presidente iniciou a discussão deste item informando que o reajuste já havia sido aprovado pelo CMAS, mas manifestou **contrariedade quanto ao pagamento com recursos do Fundo do Idoso**. Ela destacou que o último reajuste ao serviço já foi feito com verba do Fundo e que **não é legal realizar** outros reajustes em um curto período, uma vez que os reajustes devem ocorrer anualmente. A presidente explicou que não houve tempo hábil para a realização de um levantamento detalhado, mas destacou que, em 2021, o município pagava aproximadamente R\$ 1.500,00 por idoso acolhido. Com os reajustes sucessivos, esse valor ultrapassou os R\$ 5.000,00 por pessoa, representando um aumento superior a 300% — muito acima dos valores praticados por municípios vizinhos. Ainda assim, a presidente reconheceu que o custo para manter um



idoso acolhido é, de fato, elevado. Disse que respeita todos os trabalhos e reforça a necessidade de um olhar para a prevenção. Angélica citou um caso de um idoso que foi atendido recentemente mais que veio a óbito, em uma cama sem cuidado e atenção de todas as partes por isso chama a atenção para serviços voltados a população idosa, como serviços de convivência e centro dia, todos são importantes. Angélica reforçou a importância de investir em políticas de prevenção, citando como exemplo a solicitação de aumento no projeto "Talentos Partilhados", que propôs elevar o valor de R\$ 700,00 para R\$ 900,00 — um ajuste considerado mais equilibrado. No entanto, por se tratar de um projeto que atende a um número significativo de pessoas, houve resistência por parte do Conselho. Ela também destacou que parte dos recursos para acolhimento é paga pelo Fundo do Idoso, e que o valor proposto de R\$ 166.680,00 já havia sido aprovado em outro conselho para ser pago pelo FMAS. Kelen, ao tomar a palavra, comentou sobre o custo fixo para manter um idoso acolhido, enfatizando que as vagas são adquiridas, pois o município não possui uma instituição própria para esse fim. Ela explicou que a sugestão do aumento de 12% foi feita pelo Secretário Adjunto, incluindo todos os serviços, e que tal proposta foi aprovada no CMAS. A presidente Angélica mencionou que vem dialogando com sua equipe sobre a necessidade de que essa despesa não seja responsabilidade exclusiva da assistência social, mas também da saúde. Ela ressaltou que alguns municípios já estão debatendo essa parceria, enquanto outros já a implementaram, sendo importante alinhar a discussão sobre o tema. Marcela acrescentou que é possível investir tanto em serviços de acolhimento quanto em serviços de baixa complexidade, como os de convivência e fortalecimento de vínculos. Segundo ela, há recursos disponíveis no fundo para ampliar esses serviços, porém é necessário realizar um diagnóstico territorial por região em Cotia para identificar as reais necessidades. Sobre o reajuste, Marcela ressaltou que, até o momento, o município só paga pelos serviços de acolhimento para pessoas idosas. No entanto, Kelen ressaltou a necessidade de repensar, para o próximo ano, os valores pagos aos serviços de convivência, destacando a diferenciação entre os públicos atendidos: crianças e adolescentes recebem R\$ 315,00, enquanto idosos recebem R\$ 260,00. Em seguida, lembrou a plenária sobre um recurso que o município devolveu, o qual era destinado à construção de um centro-dia para idosos. Angélica retomou o item da pauta, reforçando que a discussão sobre o reajuste de 12% já havia sido realizada em outro Conselho, onde foi deliberada, e que agora o CMDPI foi chamado para assumir a responsabilidade pelo pagamento. Ressaltou que, embora atualmente o Fundo disponha de recursos, não há garantia sobre a disponibilidade para os próximos anos. Durante a plenária, foi compartilhado que tanto o Governo Federal quanto o Estadual não têm realizado aumentos recentes. Foi citado o lançamento, por parte do Governo do Estado, de um programa de superação da pobreza, do qual o município ainda não participa e tampouco tem confirmação se será contemplado. Ressaltou-se que, na prática, alguns programas não são efetivados, sendo necessário retratar essa realidade. Angélica informou sobre três organizações que receberão emenda parlamentar. No entanto, ao tentar registrar as informações no sistema, não foi possível concluí-lo, pois o Plano Municipal de Assistência Social, que deveria ter sido aprovado, não foi elaborado adequadamente. Ainda assim, o plano existente foi anexado, a fim de não prejudicar as organizações. Marcela destacou a necessidade de o Conselho ter um plano de ação para evitar ficar desamparado em certas situações. Em seguida, explicou os motivos pelos quais, inicialmente, não foi aprovado o aumento para o programa "Talentos Partilhados" e mencionou questionamentos sobre o projeto Acqua. Dando sequência à discussão, Marcelo abordou o índice de inflação e o impacto no aumento das vagas em ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos). Ele também falou sobre a composição necessária do quadro de Recursos Humanos em ILPIs sem fins lucrativos, destacando a obrigatoriedade de profissionais como psicólogo e assistente social. Apresentou ainda os valores que consta no fundo do idoso. Com a palavra, Sérgio chamou a atenção para a importância das deliberações. Em complemento, Marcela afirmou que não é necessário adotar como referência o menor valor para o custeio de um idoso; é possível oferecer um padrão mais elevado, desde que haja coerência e assunção de responsabilidade, considerando ainda a obrigatoriedade de inscrição no CMDPI — sendo este o responsável pelo pagamento. Angélica reforçou que, apesar de lidarmos com situações de vulnerabilidade, isso não justifica a oferta de serviços de qualquer qualidade. Em seguida falou sobre os processos do Ministério Público solicitando informações sobre as dispensas de chamamento público. Houve um debate entre os



conselheiros sobre o tema, onde foram apresentados diversos argumentos relativos ao custo do atendimento ao idoso em ILPIs, entre outros pontos. Marcela questionou sobre a possibilidade de custeio híbrido, especialmente no caso das instituições que atendem idosos de grau III, com demandas tanto da saúde quanto da assistência social. Kelen ressaltou que, caso a saúde assumisse os custos relacionados aos idosos de grau III, as instituições poderiam ampliar o atendimento a idosos de grau I e II. Informou ainda que há municípios que já adotam essa prática e sugeriu a criação de um grupo de estudos para discutir a proposta e encaminhá-la ao prefeito. Por fim, foi colocada em votação a proposta de aumento de 12% no repasse para o custeio dos serviços de acolhimento para idosos, no valor de **R\$ 166.680,00 com recurso do FMI. A proposta foi aprovada pela plenária.** Marcelo relatou uma demanda atendida pelo Conselho da Pessoa Idosa em conjunto com a Vigilância Sanitária, com o objetivo de apurar irregularidades que chegaram ao conhecimento do CMDPI. Durante a vistoria, foi solicitada a atualização dos contratos de voluntariado, além de ter sido constatado que algumas atividades realizadas no local não estavam em conformidade com o que constava no quadro de avisos, pois estavam em recesso, questões de cunho burocrático, mas nada que proceda de acordo com a reclamação. Outra visita foi realizada pelo Conselho em resposta a uma denúncia registrada pelo Disque 100, referente a uma instituição localizada em Caucaia. No entanto, ao chegar ao local, verificou-se que não havia pessoas idosas, mas sim indivíduos em situação de dependência química e menores de idade. Estes foram acompanhados pelo Conselho Tutelar, e a instituição foi interditada pela Vigilância Sanitária.

5. Escala de conselheiros para as visitas de agosto. A presidente lembrou sobre as visitas nas ILPIs, agendadas pelo Ministério Público, CMPI e Vigilância Sanitária, terão início em agosto. As Visitas acontecerão sempre as segundas-feiras e pediu devida atenção ao grupo no sentido de montar uma escala pois já temos o cronograma que inicia dia 04 de agosto e termina em outubro. Marcelo sugeriu rever a questão dos Conselheiros por território, assim facilita a visita.

6. Assuntos ligados a pessoa idosa. Angelica falou sobre o processo de captação de recursos de imposto de renda do Recanto da Vovó. A Organização não apresentou projeto de captação de recursos. No processo apresentado a Organização solicita o valor de R\$1.406,75, acompanhado de um DARF. Fato esse, que trouxe para a plenária considerando que não existe um plano de trabalho para essa finalidade. Marcelo com esclarecimento sobre o tema disse que a doação enquanto pessoa física não aparece na listagem de I.R. Foi lido o documento apresentado pela Organização, requerendo o valor depositado no Fundo do Idoso. Foi falado sobre a carta de captação de recursos e de acordo com a plenária para captar recursos através da renúncia fiscal precisa apresentar um projeto para o Conselho da Pessoa idosa, essa passa em análise por uma comissão que após emitir parecer favorável para o Conselho deliberar e emitir carta de captação, pois sem esse certificado a pessoa não consegue fazer a dedução do imposto “dele”. Marcelo chama a atenção sobre as campanhas de incentivo a doação aos fundos, e sobre a prestação de contas. Por decisão da plenária o recurso ficará no fundo pelas razões apresentadas. Angélica falou sobre as denúncias recebidas pelo Conselho registradas no disque 100 sobre a Drogaria São Paulo, localizada no centro de Cotia. As denúncias são referentes ao atendimento a pessoa idosa (demora no atendimento para aquisição dos medicamentos). Marcelo disse que dependendo do horário o número de funcionários é menor nas farmácias. A sugestão do Conselho de realizar visita no local e até mesmo encaminhar ofício com prazo de resposta. Em seguida Marcelo apresentou o andamento da comissão que está trabalhando o plano de ação aprovado pelo Conselho. Iniciou falando sobre o evento Miss e Mister 60+. Marcela com a palavra esclareceu sobre as ações que serão executadas esse ano e que tem como objetivo chamar a atenção para o público da pessoa idosa e mostrar que o Conselho está agindo em prol dessa população, bem como chamar a atenção para conscientizar sobre seus direitos e pensar em ampliar mais ações para o ano de 2026. Sobre as ações: desfile 60+, caminhada da pessoa idosa e amostra cultural. A princípio, sobre o evento do desfile 60+ a comissão está pensando em atingir um público de aproximadamente 300 idosos e local está sendo conversado em um teatro. As Organizações que atende pessoas idosas poderiam participar e realizar o evento em cada local e entre o grupo escolher 02 pessoas. Kelen falou sobre a experiência que já vivenciou ao longo dos anos e que é importante resgatar, a participação das famílias, trabalhar auto estima e empoderamento. Angélica sugeriu ao grupo agilizar os processos para o departamento de compras com maior detalhamento, justificativa e de onde sai os recursos. A ideia é fazer o evento em



outubro. Os Conselheiros ficaram de verificar as questões legais sobre parcerias/patrocínio e sobre a forma de premiação. Marcelo apresentou sobre o evento, moda casual, elegância clássica, etc. Após discussão sobre o assunto Marcelo reforçou a necessidade de mais políticas voltadas a pessoa idosa e dar visibilidade ao Conselho. **5. Escala de Conselheiros para as Visitas de Agosto.** A presidente lembrou sobre as visitas às ILPIs, agendadas pelo Ministério Público, CMPI e Vigilância Sanitária, que terão início em agosto. Essas visitas acontecerão sempre às segundas-feiras, e foi solicitado ao grupo que se atentasse à elaboração de uma escala, uma vez que o cronograma já está definido, com início no dia 04 de agosto e término em outubro. Marcelo sugeriu a revisão da distribuição dos conselheiros por território, pois isso facilitaria a organização das visitas. **6. Assuntos Relacionados à Pessoa Idosa.** Angélica abordou o processo de captação de recursos do Imposto de Renda para o Recanto da Vovó. A organização, no entanto, não apresentou um projeto formal para a captação desses recursos. No processo em questão, a organização solicita o valor de R\$ 1.406,75, acompanhado de um DARF. Angélica trouxe esse ponto à plenária, questionando a solicitação, uma vez que não havia um plano de trabalho que justificasse o pedido. Marcelo esclareceu que, para doações feitas por pessoas físicas, o valor não aparece na listagem de Imposto de Renda. Foi lido o documento apresentado pela organização, solicitando a liberação de recursos do Fundo do Idoso. Foi discutido também sobre a carta de captação de recursos, e a plenária concordou que, para captar recursos através da renúncia fiscal, é necessário apresentar um projeto para o Conselho da Pessoa Idosa. Este projeto passa por análise de uma comissão, que emite um parecer favorável, permitindo que o Conselho delibere e emita a carta de captação. Sem esse certificado, a pessoa não consegue fazer a dedução do imposto. Marcelo ressaltou a importância das campanhas de incentivo à doação aos fundos e da transparência nas prestações de contas. Por decisão da plenária, o recurso ficará retido no fundo, devido às razões apresentadas. Angélica também mencionou as denúncias recebidas pelo Conselho, registradas no Disque 100, sobre a Drogaria São Paulo, localizada no centro de Cotia. As denúncias referem-se ao atendimento demorado às pessoas idosas para a aquisição de medicamentos. Marcelo observou que, dependendo do horário, o número de funcionários nas farmácias pode ser reduzido. O Conselho sugeriu realizar uma visita ao local e, se necessário, encaminhar um ofício com prazo para resposta. **Plano de Ação da Comissão e Evento "Miss e Mister 60+" e demais ações do CMDPI.** Marcelo apresentou o andamento da comissão que está desenvolvendo o plano de ação aprovado pelo Conselho. Ele falou sobre o evento "Miss e Mister 60+" e, em seguida, Marcela explicou as ações planejadas para este ano, com o objetivo de chamar a atenção para a população idosa e mostrar que o Conselho está atuando em benefício dessa faixa etária. A ideia é também conscientizar a sociedade sobre os direitos da pessoa idosa e ampliar as ações para 2026. Entre as ações previstas estão: o desfile "60+", a caminhada da pessoa idosa e uma amostra cultural. Inicialmente, a comissão está planejando um evento de desfile com cerca de 300 idosos, a ser realizado em um teatro. As organizações que atendem pessoas idosas poderão participar e realizar o evento em suas respectivas unidades, escolhendo dois representantes para o desfile. Kelen compartilhou sua experiência, destacando a importância de envolver as famílias e trabalhar autoestima e empoderamento dos idosos. Angélica sugeriu agilizar os processos para o departamento de compras, com mais detalhamento e justificativas claras sobre a origem dos recursos. A ideia é realizar o evento em outubro. Os conselheiros ficaram de verificar as questões legais relacionadas a parcerias, patrocínios e premiações. Marcelo também falou sobre o evento, sugerindo temas como moda casual e elegância clássica, entre outros. Ao final da discussão, Marcelo reforçou a necessidade de desenvolver mais políticas voltadas à pessoa idosa e aumentar a visibilidade do Conselho. A presente ata foi lavrada e será assinada pela presidente e pelo secretário da reunião, após aprovação na próxima reunião ordinária.

Maria Angélica Gomes Balanco
Presidente do CMDPI

Cristiano Adalberto Bento
Secretário do CMDPI